

***Dramas da Escravatura e o exotismo do comércio  
negreiro, do indigenato e do darwinismo social na obra de  
Emílio Salgari – Parte 2***<sup>1</sup>

Alberto Oliveira Pinto\*

**RESUMO:** Publicado em 1896, *Dramas da Escravatura* é o único romance de Emílio Salgari que versa sobre a África Subsaariana não islâmica. Pretendemos analisar algumas representações do imaginário de Emílio Salgari: a abolição do tráfico de escravos e da escravatura e a corresponsiva passagem do escravo a “indígena”; a racialização das culturas ou o determinismo racial como legitimador de um colonialismo de exploração; a persistente visão dicotômica acerca do homem africano enquanto “Mau Selvagem” ou “Bom Selvagem”; e finalmente o mito do “hibridismo” ou da mestiçagem.

**ABSTRACT:** Published in 1896, *Dramas of Slavery* is the only novel by Emilio Salgari about a not Islamic Sub-Saharan Africa. We aim to analyze some of the representations of Emilio Salgari's imaginary: the abolishment of trade of slaves and slavery and the consequent passage of the slave to the condition of “indigene”; the racialization of cultures or racial determinism as a legitimator of the exploiting colonialism; the persistent dichotomic vision about the African man as a “Good Wild Man” or as a “Bad Wild Man”; and finally the myth of “hybridity” or mestizage.

**PALAVRAS-CHAVE:** Loango, exotismo, tráfico de escravos, abolicionismo, indigenato, darwinismo social, hibridismo, cultura, raça, eugeniação da África.

**KEYWORDS:** Loango; Exoticism; Trade of Slaves; Abolitionism; Indigenism; Social Darwinism; Hybridity; Culture; Race; Eugenization of Africa.

**O rei Bango ou o “Mau Selvagem” escravagista**

---

<sup>1</sup> A primeira parte deste texto está publicada na edição anterior, Revista Crioula nº 3, disponível neste site.

O primeiro africano a figurar neste romance salgariano é o rei Bango, soberano da região que negoceia com os negreiros e cujo reino – ou “potentado”, conforme a expressão reducionista utilizada no texto – se alargara nos últimos anos, mercê da ferocidade dos seus guerreiros nas conquistas aos territórios limítrofes, invasão à qual resistia apenas valorosamente uma “tribo” – outro vocábulo redutor – que Salgari (ou o seu tradutor?) baptiza com o nome fictício e caricato de *Bacalhaus*. Comece-se, desde já, por assinalar a ignorância do autor acerca das estruturas políticas africanas efectivamente vigentes ao tempo nas regiões de Loango e Cabinda: além de a expansão territorial dos Estados africanos emergentes do antigo Reino do Kongo ter ocorrido mais por alianças de linhagem do que por conquistas militares (SERRANO, 1979), o tráfico de escravos trazido pelos europeus nos séculos anteriores fizera emergir nestas sociedades novas elites aristocráticas ou “linhagens mercantis” cujos membros, enriquecidos com os lucros advenientes desta actividade comercial, lograram suprimir no poder, desde as primeiras décadas do século XIX, as antigas autoridades monárquicas e hieráticas e substituí-las por órgãos de soberania colegiais tripartidos – ou triunviratos –, consulados que ficariam conhecidos pelo nome de “Régences” ou “Regências”, terminologia de consonância barroca oriunda do francês e do português, as línguas francas locais de então. Foram os representantes destas “Regências” que, ao longo de todo o século, transaccionaram escravos com os comerciantes brasileiros e portugueses, evitando propostas britânicas de alianças fatídicas para o tráfico de escravos, sua principal fonte de receitas, e privilegiando belgas, franceses e portugueses na celebração dos tratados de protectorado já na década de 1880 (MARTIN, 1972, p.170-171 e PINTO, 2006, p.230-236).

A caracterização deste inconcebível rei Bango, que representa no discurso literário exótico salgariano o Outro encarado pela perspectiva da diferença negativa (MOURALIS, 1982, p.80), obedece ao modelo do “Mau Selvagem” sistematicamente utilizado pelo discurso colonial, para cujo processo de enselvajamento ou de negação de cultura e

“civilização” enquanto “raça inferior” são usados os clássicos argumentos da cupidez, do belicismo, do despotismo e do alcoolismo dos africanos – Salgari, talvez por inadvertência, omite a animalização, a antropofagia e a lubricidade, esta última frequentemente identificada ou confundida com a poligamia -, aos quais acresce o do escravagismo atávico, sendo então ainda recente a utilização deste argumento enquanto elemento enselvajador do africano, visto que é posterior ao abolicionismo e à transformação do escravo em “indígena”, pois antes o escravagismo e a escravatura eram considerados pelos europeus formas de subtrair os africanos à selvajaria:

Este rei, alcoólico e déspota feroz, exercia em larga escala o tráfico da escravatura, entendendo-se, directamente, com os negreiros. Avaro, como geralmente o são quase todos os régulos negros, mantinha em armas a maioria do povo, para o lançar contra qualquer tribo do interior, no intuito de nunca ter desprovido de escravos o barracão que mandara construir na costa. À falta de escravos, o miserável vendia os próprios súbditos. Sua majestade negra não podia passar sem rum, aguardente e outras bebidas espirituosas que somente podia obter dos negreiros; e quando não tinha escravos transformava os súbditos em álcool. (...) Bango contava ao tempo pouco mais de trinta anos; mas a orgia desenfreada e o abuso dos licores e do vinho de palma tinham-no envelhecido de tal modo, que aparentava contar mais de cinquenta (SALGARI, 1981, p.21-22).

Tal qual os escritores portugueses, Salgari não hesita em dar a entender, através da posição de firmeza e autoridade assumida pelo capitão Alves em relação ao rei Bango, que só a presença do homem branco no continente africano torna possível evitar a anomia e o caos.

Num parágrafo que assinala enquanto nota histórica e que corresponde, decerto, à descrição de um soberano africano contida no relato de algum viajante europeu, Salgari ridiculariza assumidamente o rei Bango evidenciando a sua nudez e os seus ornamentos, quer os tradicionais, quer aqueles que são introduzidos pelos europeus e que por isso se transformam em bens de prestígio entre os seus mas que segundo o discurso colonial não passam de demonstrações da ideia de

que o colonizado jamais igualará o colonizador em grau de “civilização”, não passando nunca de uma sua imitação caricatural:

Para receber Alves com todas as honras, vestira o mais vistoso traje dos muitos que possuía, e que o tornava ridículo ao máximo. Trazia na cabeça um capacete dourado de bombeiro e sobre ele a coroa real, de ouro falso, cheia de contas de vidro de variegadas cores. Sobre o corpo nu ostentava uma casaca debruada com galões dourados e ornada de monumentais botões de cobre. Grande número de braceletes e de colares de contas completavam os atavios do negro monarca, que dava estalidos com a língua no céu da boca, chupando, gulosamente, um pedaço de sabão cor-de-rosa, perfumado com uma essência ordinária (SALGARI, 1981, p.22).

Como se o autor quisesse acentuar a teratologia na descrição do rei africano, Bango ostenta como símbolo do poder político, não uma pele de felino, como tradicionalmente acontece nas sociedades kongo, mas sim uma pele de réptil: o seu trono consistia “numa velha cadeira europeia, colocada sobre monstruosa cabeça de crocodilo, emblema do poder da tribo” (SALGARI, 1981, p.24).

### **Niombo ou o exotismo do “príncipe negro” embranquecido**

Porém, de par com o “Mau Selvagem” escravagista personificado no rei Bango, figura igualmente neste romance de Salgari o “Bom Selvagem”, não apenas na acepção da “criança grande” que se mostra “grata” à acção civilizadora do homem branco e a ele se submete com docilidade enquanto amigo e aliado, assaz desenvolvida pelos portugueses a partir de finais do século XIX (PINTO, 2006, p. 41-42), mas sobretudo na do “príncipe negro” ou “herói escravo”, concebida por uma literatura negrófila britânica e principalmente francesa que remonta ao século XVII, se pensarmos que o romance *Oroonoko* de Aphra Behen (1640-1689), com enorme sucesso em França em 1745, data em que foi traduzido por La Place com o título *Oronoko ou le prince noir*, foi escrito em 1688. Este tipo de herói - reflectindo uma visão do europeu procurando chegar ao conhecimento do Outro que não passa

de mero exotismo estético destinado a denunciar as injustiças do tráfico de escravos e da escravatura - é normalmente um escravo cujo percurso passa pela captura no continente africano, pela travessia no porão de um navio negreiro e finalmente pela revolta nas plantações americanas, e apresenta a particularidade de ser quase sempre de origem aristocrática no seio da sociedade africana de onde provém, onde estava destinado a reinar e à qual foi injustamente subtraído pelos negreiros, além de dispor de um corpo hercúleo e admirável, constituindo, como bem o afirma Bernard Mouralis, “personagem de excepção, nos aspectos físico, moral e intelectual, e nada tendo em comum com a massa anónima dos outros escravos” (MOURALIS, 1982, p. 90-92). A *Oronoko* de Aphra Behen viriam a suceder-se *Ziméo* de Jean-François de Saint-Lambert (1716-1803), publicado em 1769, e já depois da criação da Société des Amis des Noirs, em 1788, por influência dos *quakers* anglo-americanos, *Adónis ou le bon noir* e *Zouflora ou la noire exemplaire* de Picquenard, publicados respectivamente em 1789 e em 1799, *Bug-Jargal* do então jovem Victor Hugo (1802-1885), publicado em 1819, *Ourika* de Claire de Duras (1778-1828), publicado em 1824, e *Toussaint Louverture* de Alphonse de Lamartine (1790-1869), escrito em 1850. É interessante observar, a propósito, como este tipo de personagem do príncipe escravo africano, abundante na literatura francesa ou francófona dos séculos XVIII e XIX, se encontra silenciado na literatura brasileira até ao movimento modernista dos anos de 1930, de onde emergiria em 1935 *Jubiabá* de Jorge Amado – se exceptuarmos, evidentemente, a oralidade em torno de mitos como o de Zumbi dos Palmares (1600-1695), o romantismo abolicionista da poética de António de Castro Alves (1847-1871) e os casos pontuais dos romances *Rei Negro* de Coelho Neto, de 1914, *O Feiticeiro* de Francisco Xavier Marques, de 1922, e *Moleque Ricardo* de José Lins do Rego, publicado em 1935, no mesmo ano em que Jorge Amado deu vida a António Balduino, na realidade o primeiro herói negro da literatura brasileira (DUARTE, 1996, p.108) –, e quase ausente da literatura colonial portuguesa, não obstante a simpatia que o escritor nativista angolano

Pedro Félix Machado (c.1860-1907) parece manifestar pela obra *Bug Jargal* de Victor Hugo (MACHADO, 2004, p.159), os casos memorialísticos pontuais da *Preta Fernanda (Memórias) Recordações d'uma Colonial* de Fernanda do Vale, A. Totta e F. Machado, de 1912, e de *Nós, os Cabindas* de Domingos José Franque, de 1941, e os exemplos das heroínas femininas que, embora existentes em algumas obras da primeira metade do século XX, só se multiplicariam depois da importação do discurso lusotropicalista em 1951 (PINTO, 2002). E é igualmente interessante recordar como o mesmo tipo de figura literária negrófila veio a ser magistralmente parodiado por um escritor angolano pós-colonial, Pepetela, através da personagem Thor do seu romance histórico pós-modernista *A Gloriosa Família* (1997), que noutro lugar analisámos (PINTO, 2003, p.52-59).

O “príncipe negro” ou “escravo de sangue real” de Emílio Salgari é Niombo, rei dos *Bacalhaus* e filho do rei dos *Cacongós* – terá havido confusão por parte de Salgari ou do seu tradutor entre *Bacalhau* e *Nzau* (elefante), nome dinástico dos príncipes de Kakongo? –, cuja captura custou a vida a cerca de trinta guerreiros do rei Bango, pois “defendeu tão heroicamente a liberdade, que lutou como um leão (...) manejando somente uma maça”, sendo depois por este vendido ao capitão Alves pelo preço de dez escravos (SALGARI, p. 28 e 29). Para justificar a ideologia negrófila setecentista e oitocentista expressa na afirmação do doutor Estêvão segundo a qual Niombo “*é um negro que merece ser rei*” (Sic.), Salgari socorre-se, na descrição física da personagem, dos elementos “embranquecedores” ou “hibridistas” que Haeckel e Oliveira Martins aplicaram aos africanos colocados acima da linha da “zona de cruzamentos”, os fulos e os núbios:

Era alto, media bem dois metros de altura, tinha o peito amplo, largas espáduas, membros musculosos e, coisa estranha, as extremidades eram elegantes e finas, pés e mãos quase de mulher. Reconhecia-se à primeira vista que esse magnífico exemplar da raça negra, além de extraordinária força, devia dispor de prodigiosa agilidade. (...) Ao ver entrar os visitantes, ergueu a cabeça, que conservava descaída sobre o peito, mostrando o belo rosto sem as deformações características nos

*homens da sua raça, e que vão desaparecendo pouco a pouco até chegar ao tipo árabe africano [sublinhado nosso]. (...) A fronte era ampla, o nariz aquilino e fino, os lábios um pouco grossos de um vermelho carregado, as linhas do rosto enérgicas e bem desenhadas. Tinha belíssimos olhos negros, inteligentes e de invulgar fulgor (SALGARI, 1981, p.37).*

Tal como as personagens de Aphra Behen, Saint-Lambert, Picquenard, Victor Hugo, Lamartine e Castro Alves, Niombo lidera uma revolta de escravos, mas ainda a bordo do navio negreiro, o que lhe vale a concessão da liberdade – a qual, sublinhe-se, não abrange os demais escravos revoltados, mas apenas o seu “rei” – por parte do capitão Alves (SALGARI, 1981, p. 67-72), que já vimos ser um candidato a enfileirar na categoria dos “bons senhores”, os mesmos que nas obras dos autores que citámos “incarnam o ideal de uma colonização moderada, de tipo patriarcal, preocupada em poupar as forças humanas que estão na origem da sua prosperidade” (MOURALIS, 1982, p. 92-93) e para quem os escravos rebeldes saberão mostrar-se reconhecidos pela “bondade” e “humanidade” com que dirigiram os seus domínios.

Contudo, ao longo do seu percurso, Niombo não deixa de ser um “selvagem”, confundindo-se com os animais e com a natureza e, embora sendo “bom” e generoso para o branco que também o seja, não abdica de se socorrer das tradições “bárbaras” e violentas para com aqueles que, como o imediato Kardec, se revelam perversos. Após o assassinato do capitão Alves e o abalroamento do “Guadiana”, Niombo logra salvar a mulata Seghira da catástrofe e fazer-se respeitar a bordo da jangada onde se agrupam os sobreviventes, mantendo-se “insensível como salamandra aos raios ardentes do sol equatorial” (SALGARI, 1981, p.119). Quando, ao cabo de vários dias, os náufragos avistam terra, é Niombo quem consegue reconhecer a costa do Loango e informar Kardec de que há uma feitoria portuguesa a cerca de duas jornadas para o interior. Durante algumas horas e armado de uma espingarda, Niombo guia intuitivamente a comitiva através da floresta espessa e sombria, valendo-lhe um comentário lisonjeiro do doutor Estêvão: “Os

negros orientam-se nas florestas sem necessidade de bússola” (SALGARI, 1981, p. 156). Porém, depois da confusão causada pelo ataque de um gorila, o “príncipe negro” eclipsa-se, embrenhando-se pelas matas até aos seus Estados, que se encontram próximos, para no dia seguinte reaparecer comandando um assalto de guerreiros Cacongos (ou *Bacalhaus?*) ao acampamento dos brancos, agora envergando os seus atributos reais, os quais se revelam no texto mais singelos mas menos “ridículos” do que os de Bango, uma vez que – à semelhança das representações escultóricas do Txibinda Ilunga mais tarde concebidas na Lunda por iniciativa de belgas e portugueses - dispõe apenas de uma carabina enquanto elemento de modernidade: “adornado com colares e braceletes, com uma coroa de ouro ornada de três penas de águia na cabeça, empunhando na mão esquerda uma carabina e na direita um látigo de pele de hipopótamo” (SALGARI, 1981, p. 164). Para vingar o capitão Alves e demonstrar a culpabilidade de Kardec, Niombo não hesita em recorrer à prova do ordálio - aqui descrita como se fosse exclusiva dos povos africanos -, obrigando o bretão a ingerir uma infusão designada por *cambambu*, que se lhe revela fatal.

### **Seghira ou o instrumento sexual da operação de “hibridação”**

Deixámos para o fim a figura da mulata Seghira por entendermos que, sendo ela o único elemento feminino do romance, representa ao mesmo tempo um símbolo sexual que viria a ser assaz utilizado pelo lusotropicalismo brasileiro e colonial português enquanto instrumento da operação de eugeniação, quer no Brasil, quer nas colónias portuguesas do continente africano.

Ao contrário do que era mais comum, Seghira não é o produto da união de um homem branco com uma mulher negra e sim o inverso, isto é, o pai era um chefe africano do Alto Ogobai – da “tribo” dos Pacuínos, outro nome que supomos fictício – e a mãe uma portuguesa



capturada por um “bando de caçadores de homens”, que por sua vez a vendeu a esse soberano, o qual dispunha de cerca de trezentas concubinas de “raça branca” (SALGARI, 1981, p. 29 e p.65). A origem de Seghira parece-nos, por isso, inverosímil, pois além de desconhecermos o que Salgari pretende designar por “bando de caçadores de homens”, temos que relembrar que era escasso o número de mulheres brancas no continente africano antes de 1885, sobretudo nas colónias portuguesas – e é essa, aliás, a única razão para a existência de um número tão elevado de mestiços -, muito embora aportassem a Luanda algumas degredadas e prostitutas, mulheres que na sua maioria já não se encontravam em idade de procriar. Tendo-a capturado, o rei Bango pretende vendê-la ao capitão Alves, pois teme-a por a considerar “uma pantera” que “já estrangulou três mulheres do meu harém” (Sic.).

Na descrição da mulata, Salgari exalta desde logo a sua sensualidade, como se a mesma fosse inerente à sua condição de ser humano “híbrido” do sexo feminino:

A escrava contava quanto muito dezasseis ou dezassete anos, e nas feições graciosas acusava o cruzamento da raça branca com a negra. As formas opulentas, de invulgar elegância, revestiam-se de suavidade curvilínea: o olhar era, simultaneamente, carinhoso e perturbador; a pele transparente e fina; os cabelos de um negro ébano; os lábios carminados deixavam ver, quando descerrados, os dentes brancos e miúdos como grãos de arroz.

Tal como na literatura e na música brasileira posteriores a 1930 e na literatura colonial portuguesa posterior a 1950, a exaltação da sensualidade da mulher mestiça destina-se a convidar o homem branco a unir-se a ela sexualmente com o fim de “aperfeiçoar” ou eugénizar a “raça”. Daí que à descrição da sensualidade de Seghira se suceda imediatamente a da lubricidade do capitão Alves, o homem branco, ao vê-la: “O poderoso sopro de vida, mocidade e energia que fazia vibrar a escrava, produziu no capitão negreiro um efeito que nunca sentira e

não soube explicar”. Não falta sequer, nesta descrição, uma manifestação de simpatia pelo mito da “crioulidade”: “Ficou imóvel, extasiado, olhando fixamente a jovem mulata, junto da qual as mais formosas crioulas de Cuba, da Martinica ou de Guadalupe, tão formosas pela fascinadora beleza, ficavam em segundo plano” (SALGARI, 1981, p.37-38). A “teoria da pica” defendida por Roger Bastide e por Gilberto Freyre e muito justamente denunciada por Alfredo Margarido encontra-se, pois, manifestamente antecipada na ficção de Emílio Salgari, ao ponto de, em meados do século XIX, o simples desejo sexual por uma escrava mulata conseguir transformar um negreiro num abolicionista. A metáfora salgariana de antecipação do eugenismo lusotropicalista acentua-se, aliás, mais adiante, no diálogo melodramático através do qual, já a bordo do “Guadiana”, Alves concede a liberdade a Seghira exclusivamente em atenção à sua *“fatal formosura”* (Sic.) e onde a mulata, manifestando a sua paixão pelo patrão branco, lhe suplica que a mantenha como escrava ou, em alternativa, lhe ponha fim à vida (SALGARI, 1981, p.40-42).

Mas a perversidade do bretão Kardec leva, como já vimos, à morte do capitão Alves, o que impede a união da mulata com o malogrado negreiro arrependido, inviabilizando a almejada operação de eugeniização. Tal não obsta, todavia, a que a mesma eugeniização, levada a cabo através do instrumento sexual que é a mulata Seghira, se venha a processar, não no Brasil, como o preconizaram Gobineau e Gilberto Freyre, e sim, indo ao encontro da proposta de Oliveira Martins, no continente africano. Eis a razão pela qual, após a morte do capitão Alves, o favorito de Seghira passa a ser... Niombo, o “príncipe negro”! Agora, porém, o posicionamento sentimental da mulata é consideravelmente diferente, se não mesmo antagónico: se ao branco, que jamais deixará de amar, Seghira suplicava que a mantivesse como escrava, ao negro exige que lhe obedeça. Ou seja, se a mulher “híbrida” deve servir o homem branco, do mesmo modo tem legitimidade para escravizar o homem negro. Assim sendo, Seghira partilha com Niombo um segredo que consiste em fingir amar o odioso Kardec com o fim de,

já no continente africano e conforme mencionámos acima, o rei dos *Bacalhaus* infligir ao bretão o sacrifício do ordálio. É a própria Seghira, aliás, quem se auto-enselvaja, através de uma terminologia zoomórfica, ao confessar: “Serei astuta como a serpente, mas terrível como a leoa” (SALGARI, 1981, p.115).

Uma vez consumada a vingança, Seghira acede a tornar-se companheira de Niombo, ainda que suspirando com nostalgia pelo defunto capitão Alves, do que se depreende que esta mulata, embora salvaguardando a operação de “hibridismo” eugenista através da união com um negro, talvez preferisse vir a dar à luz “cabritos” brasileiros na vez de “cafusos” congoleses.

## Conclusão

Escrito uma década depois da Conferência de Berlim (1884/85), *Dramas da Escravatura* de Emílio Salgari espelha, através do exotismo literário, uma visão sobre a África partilhada ao tempo pela generalidade das potências europeias que pretendiam justificar ideologicamente o domínio exercido sobre as suas colónias no continente africano, o qual de fornecedor de mão-de-obra escrava para as colónias americanas, agora independentes, transitava então para o sistema de colonização de povoamento europeu e de exploração dos recursos naturais, onde mais uma vez era utilizada a força de trabalho dos homens negros. O abolitionismo está, portanto, na origem da passagem do escravo a indígena e esta operação jurídica, efectuada súbita e eficazmente pelos portugueses, que até tarde persistiram no tráfico negreiro, mesmo clandestino, é personificada neste romance pelo percurso do capitão Alves.

Mas subjacente à criação do indigenato e ao abolitionismo, que o antecede e o prepara, encontra-se, curiosamente, uma ideologia colonial que radica e se alimenta das representações raciais de que, ao longo do século XIX, a intelectualidade europeia se serviu para proceder à

hierarquização das culturas e que seria sobremaneira reforçada pelo darwinismo social, fosse na versão mistófoba, pessimista e segregacionista galtoniana, preconizada quanto ao caso angolano por políticos como Norton de Matos, Vicente Ferreira e Armindo Monteiro, fosse na versão mistófila, otimista e eugenista haeckeliana e martiniana, de que Gilberto Freyre se serviria para criar o lusotropicalismo e que na segunda metade do século XX entusiasmaria políticos portugueses como Sarmiento Rodrigues e Adriano Moreira. O porta-voz destas teorias no romance de Emílio Salgari é um médico negreiro que se torna abolicionista, o doutor Estêvão, e a versão exótica literária do evolucionismo por ele apregoado é marcada por três personagens africanas que se encontram congenitamente tanto mais próximas de um estágio civilizacional quanto menos negróides forem os seus caracteres somáticos: o rei Bango, o “Mau Selvagem” boçal, despótico e lúbrico; Niombo, o heróico “príncipe negro” importado da literatura negrófila, cujos traços corporais e fisionómicos se aproximam dos núbios, considerados os mais “evoluídos” dos africanos; e finalmente a mulata Seghira que, por ser “híbrida” e por ser mulher, serve de instrumento sexual a uma política de pretensão “embranquecimento” do Brasil e da África. As três personagens são colonizadas e enselvajadas e atravessam, pois, estádios evolutivos que as colocam, em grau de cultura e civilização, bem aquém daquele em que se encontra o colonizador branco, procurando a narrativa evidenciar que não conseguiriam subsistir sem a sua dominação política, militar, científica, comercial e sexual.

O desfecho deste romance salgariano vai ao encontro do argumento colonial e neo-colonial de que os africanos, mesmo que em alternativa aos déspotas alcoólatras como Bango sejam governados por dirigentes “evoluídos”, “justos” e “bons” como Niombo, necessitam inevitavelmente da tutela e da assistência europeias. Demonstra-o o acolhimento caloroso que Niombo, uma vez casado com Seghira e investido nas suas funções de monarca, faz ao doutor Estêvão, um médico que pode revelar-se útil curando os seus homens – e que, coisa

inusitada, aspira a combater o escravagismo entre os negros uma vez que ele próprio, outrora negreiro, não o conseguiu fazer entre os brancos! -, assim como a Vasco, antigo oficial de marinha do “Guadiana”, que nomeia chefe dos seus exércitos.

Estão, pois, asseguradas e legitimadas a colonização - ou a “cooperação” - sanitária e militar destinadas a justificar a hegemonia ocidental no continente africano, realidade que o nativismo, o pan-africanismo e o independentismo não conseguiram, infelizmente, até hoje, erradicar.

## Referências

### Bibliografia Activa

SALGARI, Emílio. Dramas da Escravatura<sup>2</sup>, Trad. Bernardo de Alcobaça, Capa e desenhos de texto de Eugénio Silva. Lisboa: Edição Romano Torres, 6<sup>a</sup> edição, 1981, 166 p.

### Bibliografia Passiva

Obras de (ou atribuídas a) Emílio Salgari consultadas

*Sandokan o Tigre da Malásia*<sup>3</sup>, Trad. Henrique Marques Júnior. Lisboa: Verbo, 2000, 201 p.

*A Favorita do Mahdi*<sup>4</sup>, Trad. Henrique Marques. Lisboa: Edição Romano Torres, s.d., 152 p.

*A Insurreição do Sudão*, Trad. Henrique Marques. Lisboa: Edição Romano Torres, s.d., 160 p.

*A Vitória do Mahdi*, Trad. Henrique Marques. Lisboa: Edição Romano Torres, s.d., 138 p.

*As Aventuras de Simão Wander*<sup>5</sup>, Trad. Carlos José de Menezes. Lisboa: Edição Romano Torres, s.d., 176 p.

*O Escravo de Madagáscar*<sup>6</sup>, Trad. Henrique Marques. Lisboa: Edição Romano Torres, s.d., 144 p.

---

<sup>2</sup> Título da edição original italiana de 1896: *I Drammi della Schiavitù*.

<sup>3</sup> Título da edição original italiana de 1900 (ou de 1894?): *Le Tigri di Mompracem*.

<sup>4</sup> Título da edição original italiana de 1887, que abrange os dois volumes subsequentes: *La favorita del Mahdi*.

<sup>5</sup> Obra apócrifa. Título da edição original italiana de data desconhecida (mas posterior a 1911, data da morte de Emílio Salgari): *La Aventure di Simond Wander*.

<sup>6</sup> Obra apócrifa. Título da edição original italiana de data desconhecida (mas posterior a 1911, data da morte de Emílio Salgari): *Lo Schiavo del Madagáscar*.

## Estudos

- DUARTE, Eduardo de Assis. Jorge Amado: Romance em Tempo de Utopia. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1996, 277 p.
- HENRIQUES, Isabel Castro. A (falsa) passagem do escravo a indígena, In Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África Séculos XV-XX. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 285-297.
- MACHADO, Pedro Félix. Cenas de África. ?. Romance íntimo, Organização e Prefácio de E. Bonavena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, 251 p.
- MARGARIDO, Alfredo. A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000, 88 p.
- MARTIN, Phyllis M. The External Trade of the Loango Coast 1578-1870. The effects of changing commercial relations on the Vili Kingdom of Loango. Oxford: University Press, 1972, 193 p.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. As Cores do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, 287 p.
- M'BOKOLO, Elikia. África Negra. História e Civilizações. Tomo I. Até ao Século XVIII, Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Editora Vulgata, 2003, 584 p.
- M'BOKOLO, Elikia. África Negra. História e Civilizações. Tomo II. Do século XIX aos nossos dias, Trad. Manuel Resende, Revisão Científica de Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques. Lisboa: Colibri, 2007, 626 p.
- MIGNOLO, Walter D. Histórias Locais / Projectos Globais. Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar, Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, 503 p.
- MOURALIS, Bernard. As Contra-Literaturas, Trad. António Filipe Rodrigues Marques e João David Pinto Correia. Coimbra: Livraria Almedina, 1982, 227 p.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. O Brasil e as Colónias Portuguesas. Lisboa: Guimarães Editores, 7ª edição aumentada, 1978 (1ª edição de 1880), 268 p.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. Elementos de Antropologia (História Natural do Homem), Prefácio do Dr. José Marinho. Lisboa: Guimarães Editores, 8ª edição, 1987 (1ª edição de 1880), 222 p.
- PARREIRA, Adriano. "A Máquina de Dúvidas". O Conceito de Negro na Literatura de Viagens sobre Angola. Séculos XV-XVII. Luanda: INALD, 1998, 122 p.

- PEREIRA, Ana Leonor. Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social (1865-1914). Coimbra: Livraria Almedina, 2001, 628 p.
- PIGAFETTA, Filippo e LOPES, Duarte. Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas, Comentário e Transcrição em português actual de António Luís Alves Ferronha. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, 139 p.
- PINTO, Alberto Oliveira. Cabinda e as Construções da sua história. 1783-1887, Prefácio de Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques. Lisboa: Dinalivro, 2006, 306 p.
- PINTO, Alberto Oliveira. A Oralidade no Romance Histórico Angolano Moderno. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2003, 74 p.
- PINTO, Alberto Oliveira. O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951); Colonialismo e Propaganda, In Clio. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nova Série, Vol. 7, 2002, p.191-256.
- SAID, Edward W. Culture et Impérialisme, Trad. Paul Chemla. Paris: Fayard Le Monde Diplomatique, 2000, 558 p.
- SAID, Edward W. Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente, Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 370 p.
- SERRANO, Carlos Moreira Henriques. O Poder Político no Reino Ngoyo. Um Estudo Sociológico. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1979, 135 p.
- SPURR, David. The Rhetoric of Empire. Colonial Discourse in Journalism, Travel Writing and Imperial Administration. Durban & London: Duke University Press, 1993, 208 p.
- YOUNG, Robert J. C. Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race. London and New York: Routledge, 1995, 236 p.

---

\* Mestre e Doutorando em História de África da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).